

Governo terá 20 ministérios e estrutura enxuta

Medida provisória extingue Integração Regional, Bem-Estar Social e a LBA

MARA BERGAMASCHI

BRASÍLIA — A primeira medida provisória assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso reorganiza a estrutura da Esplanada dos Ministérios: seu governo começa com 20 pastas e uma estrutura enxuta — com caráter mais político do que administrativo — na Presidência. Fernando Henrique criou um Conselho de Governo, formado por todos os ministros e vinculado a seu gabinete, e manteve como órgãos de assessoramento direto a Advocacia-Geral da União, o Alto Comando e o Estado-Maior das Forças Armadas.

Como previsto, a MP extingue o Ministério da Integração Regional e o do Bem-Estar Social — inclusive a Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (CBIA). E nomeia o funcionário aposentado do Banco do Brasil Edmar Costa Barros como liquidante do Bem-Estar Social. Wilson Calvo, ex-secretário-executivo da Secretaria de Administração Federal (SAF), será o liquidante da Integração Regional. Além disso, a MP acaba com o Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e Expressão, a Secretaria de Polícia Federal e a Secretaria de Trânsito, vinculados ao Ministério da Justiça, e com a Secretaria de Projetos Especiais, da antiga SAF.

Ao contrário das expectativas, a nova Secretaria Especial de Políticas Regionais — que substitui a Integração Regional — não ficará ligada à Presidência, apesar de ter assento no Conselho de Governo. Entregue a Cícero Lucena, será subordinada ao Planejamento, uma das áreas mais fortalecidas por novas atribuições. Ao ministro do Planejamento, José Serra, caberá administrar parte das



José Paulo Lacerda/AE

FH e Itamar: redução no número de ministérios na troca de guarda



SECRETARIA
DE LUCENA
LIGADA AO
PLANEJAMENTO

atribuições da Secretaria de Assuntos Estratégicos e a nova Secretaria de Política Urbana.

Fernando Henrique criou o cargo de ministro extraordinário dos Esportes, que será ocupado por Pelé. Também cumpriu a promessa de instituir o Programa Comunidade Solidária. A MP prevê ainda a criação, em prazo não determinado, da Agência

Brasileira de Informações, como autarquia vinculada à Presidência.

A MP, que deveria ser publicada ontem no *Diário Oficial* da União, tem 45 artigos e determina ainda o remanejamento de cargos e órgãos para adequá-los à nova estrutura. Segundo o governo, o processo de extinção dos órgãos será feito de forma "gradual", com possibilidade de remanejamento de funcionários.